

## **A CONCEPÇÃO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA SENDO SUPERADA PELO ENTENDIMENTO BIOLÓGICO OU METAFÍSICO**

Leite, L. P.;

Oliveira, T.

**Instituição:** Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências.  
Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia do  
Desenvolvimento e da Aprendizagem.

**Agência financiadora:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
(FAPESP – Proc. 2017/12721-5) e bolsa Produtividade em pesquisa – PQ/CNPq.

**E-mails:** [lucia.leite@unesp.br](mailto:lucia.leite@unesp.br) ; [oliveira.taizede@gmail.com](mailto:oliveira.taizede@gmail.com)

**Eixo temático:** 5 - Educação filosófica e/ou aprendizados com a diferença

**Resumo:** O movimento contemporâneo em prol de uma sociedade inclusiva requer uma revisão dos paradigmas sociais, a fim de ressignificar os caminhos percorridos pelos grupos menos favorecidos para obter acesso ao ensino superior. Políticas voltadas para a participação social das minorias têm sido promulgadas, para reconhecimento da diversidade, por exemplo, para pessoas com deficiência. Concepções podem ser interpretadas como compreensões de sujeitos a respeito de determinados fenômenos. Conhecer o contexto universitário enquanto concepções e ações é importante ferramenta para se entender práticas sociais e a validação de políticas públicas dentro desse cenário, posto que a compreensão sobre o fenômeno pode ser facilitador para a maneira que se lidará com ele, e entendendo que o conceito sempre orienta alguma ação coerente a ela. O objetivo do presente trabalho é abordar sobre a elaboração e aplicação de uma escala em contexto universitário que visa identificar possíveis concepções sobre deficiência em ambiente multicultural. A Escala de concepções de deficiência (ECD) é um instrumento elaborado para identificar as principais concepções atreladas aos diversos contextos de instituições sociais letradas, buscando-se identificar concepções que podem orientar práticas e ações inclusivas ou não, dentre as concepções está a metafísica, biológica e social. O instrumento foi elaborado por uma equipe de pesquisadores que contou com a participação dos seguintes países: Brasil, Cuba, Espanha e Portugal. O processo de elaboração da escala compreendeu validações por etapas e coparticipação de

pesquisadores internacionais e resultou em um instrumento multicultural, ainda, em âmbito nacional o instrumento passou por uma aplicação piloto em uma universidade privada do interior paulista com a participação de 623 universitários, como validação qualitativa. Os dados indicaram uma forte tendência a uma concepção biológica e metafísica da deficiência, o que pode prejudicar ações voltadas para o meio social, tais como práticas mais inclusivas.

**Palavras-chave:** Deficiência; Universidade; Escala de Concepções.

## **APPLICATION OF A SCALE OF CONCEPTIONS OF DISABILITY IN A PRIVATE UNIVERSITY OF THE PAULISTA INTERIOR**

**Abstract:** The contemporary movement in favor of an inclusive society requires a revision of social paradigms in order to re-signify the paths taken by less favored groups to gain access to higher education. Policies aimed at the social participation of minorities have been promulgated, for recognition of diversity, for example, to people with disabilities. Conceptions can be interpreted as subject comprehension of certain phenomena. Knowing the university context as conceptions and actions is an important tool to understand social practices and the validation of public policies within this scenario, since understanding about the phenomenon can be facilitative for the way that it will deal with it, and understanding that the concept always directs some coherent action to it. The objective of this work is to discuss the elaboration and application of a scale in a university context that aims to identify possible conceptions about disability. The Disability Concepts Scale (ECD) is an instrument designed to identify main conceptions linked to the different contexts of socially literate institutions, seeking to identify conceptions that can guide practices and actions that are inclusive or not. Among the conceptions is metaphysical, biological and social. The instrument was elaborated by a team of researchers that counted with the participation of the following countries: Brazil, Cuba, Spain and Portugal. The process of elaboration of the scale comprised step-by-step validations and participation of international researchers and resulted in a multicultural instrument, yet in a national context the instrument passed through a pilot application in a private university in the interior of São Paulo with the participation of 623 university students, such as validation qualitative. The data indicated a strong tendency towards a

biological and a metaphysical conception of the deficiency, which can impair actions towards the social environment as more inclusive practices.

**Keywords:** Deficiency; University; Scale of Conceptions.

## **Introdução**

Concepções podem ser entendidas como conceitos atrelados a fenômenos, e dentre seus sinônimos podem ser entendidos como “compreensão”, “percepção” ou a própria definição de “conceito”. A busca por compreensão de uma prática social ou cultural está atrelada a percepção que o sujeito faz a partir dela. É a partir do conceito que temos a respeito dos fenômenos e dos processos que vamos atuar em relação a eles. Em 2007, Diniz reforça a ideia de que nossas ações são orientadas por nossas compreensões. A autora menciona que a concepção que a sociedade elabora sobre as pessoas com deficiência (o fenômeno específico aqui, mas que pode ser generalizado para outros acontecimentos) influencia as relações sociais e orienta ações planejadas e praticadas em afinidade a elas, ou seja, está diretamente relacionada aos processos envolvidos no fenômeno. Essas considerações podem ser aplicadas ao conceito de deficiência, e, conseqüentemente, às pessoas com deficiência.

O fenômeno da deficiência na atualidade tem sido discutido por diversas perspectivas. No entanto, as mais usuais fundamentam-se em compreendê-lo a partir de um viés biológico, social e/ou metafísico.

Algumas concepções podem facilitar a categorização depreciativa e a estigmatização do sujeito, o que causam efeito negativo no sujeito, seja físico e/ou psicológico, tendo implicações diretas no curso de desenvolvimento desses. Para Gesser, Nuernberg e Toneli (2012) ao se adotar a compreensão biológica da deficiência, por exemplo, acaba por prejudicar uma orientação do fenômeno como produto social que necessita de ações pontuais para a garantia dos direitos fundamentais, ou seja, dificulta uma compreensão mais ampla, que extrapole os limites individuais para entender o fenômeno, focalizando a diferença no orgânico.

Em algumas práticas sociais nacionais, observa-se que a sociedade ainda se mantém num enfoque muito individual quando se pensa na deficiência a partir do orgânico e apenas nele, pois localiza a deficiência no organismo que a apresenta e, em função disso, espera que esse se ajuste para se adequar ao meio, e não o contrário. Baleoti e Omote (2014, p. 73) destacam sobre os prejuízos dessa compreensão na amplitude do

entendimento do fenômeno, pois o sujeito com deficiência pode apresentar dificuldade para a realização de algumas atividades em determinadas condições, mas não de outras em outros contextos. Limitar a compreensão do fenômeno a um dos fatores que o determina prejudica a sua compreensão enquanto possibilidades, e isso pode ser reproduzido no discurso, a ponto de excluir o diferente.

O texto de Diniz (2007, p. 9) faz um resgate histórico sobre as mudanças dos conceitos de deficiência, e quando se destaca o modelo social, o delimita como um conceito amplo que contempla o fator biológico, porém a sua determinação é social.

[...] deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. [...]

Já o modelo metafísico de compreensão identifica fatores sobrenaturais para explicar o fenômeno. Ou a deficiência é vista como uma benção, ou um castigo, seguindo uma definição de carma ou escolha divina. Leite e Lacerda (2018, p.436) definem essa concepção como:

[...] interpreta a deficiência como algo que transcende a condição humana, podendo estar atrelada a causas espirituais e/ou religiosas, ou a fatores sobrenaturais. Desse modo, ela é fenômeno posto, que pouco depende da atuação do homem [...]

Já Alves (2017, p. 35), em interessante revisão conceitual histórica aborda que a deficiência compreendida pelo âmbito teológico era fundamentalmente utilizada na transição da idade antiga para a idade média, e no período medieval identificava o fenômeno como um “castigo dado por Deus”. A autora ainda aborda sobre as más-formações orgânicas, genéticas estarem relacionadas como vínculo com o demônio. No entanto, ainda no medieval algumas das deficiências, em especial a intelectual, eram vistas a partir do olhar metafísico, contemplada por atos de caridade. Para a autora isso ocorreu primordialmente após a origem das Casas de Misericórdia, e ainda, ocorre em momento que antecede a concepção biológica e orgânica. No entanto, em dias atuais, ainda é possível encontrar o compartilhamento do ideário religioso para a explicação da deficiência, mesmo após lutas científicas e jurídicas para a sua superação.

Sinteticamente, é sabido que o modo em compreender ou significar algo, orientará fortemente as ações humanas. Desta maneira, por exemplo, ações de caridade, benevolência e/ou assistencialismo podem estar mais relacionadas às pessoas que compactuam com explicações causais da deficiência, pautadas numa concepção metafísica. Já aqueles que coadunam com a concepção biológica podem compartilhar de

estereótipos, preconceitos e estigmas que atribuem a pessoas com deficiência uma posição social de inferioridade, pois voltam seu entendimento para uma perspectiva orgânica ancorada na disfuncionalidade. Os que se pautam na concepção social de deficiência, também não estão isentos de promover estereótipos, estigmas e preconceitos, porém conseguem perceber que a condição de deficiência reside no contexto, ou seja, a diferença pode residir na esfera individual, de natureza estrutural, biológica, sensorial e/ou comportamental, mas fazer dessa diferença uma marca de inferioridade é responsabilidade do social. Cabe a ele então compreender que ajustes podem ser facilitadores ou dificultadores para garantir a participação da pessoa com deficiência nos diversos contextos.

Desta forma, identificar e discutir criticamente posicionamentos de universitários, diante de afirmativas a respeito das diferentes concepções e compreensões do fenômeno da deficiência é ação importante para entender dificuldades de inclusão e acessibilidade nesse contexto, considerando como premissa que as compreensões e julgamentos que a população faz e promove em relação a determinados segmentos populacionais, aqui em específico as pessoas com deficiência, determinarão fortemente as possibilidades de participação desses sujeitos nesses ambientes.

As concepções podem ser compreendidas como conceitos que acarretam na representação social de um fenômeno. No caso da deficiência, a representação da pessoa a partir desses modelos de perceber, reconhecer e interagir acarreta em como a audiência, a sociedade, lida com tais diferenças. Alguns dos aspectos fundamentais nesse quesito são as possibilidades de barreiras implicadas por uma concepção ou representação. Um sujeito que identifica na pessoa com deficiência uma limitação orgânica orientará seu discurso a partir de alguns mecanismos de comunicação que expresse a identificação por esse viés, talvez identificando dificuldades ou tentando compensar as diferenças em seus discursos a partir dessa percepção limitada.

Alves (2017) ao discutir sobre as mudanças de concepções ao longo da história humana ressalta que as práticas estavam alinhadas com as percepções, e que por exemplo, uma orientação mais orgânica em um primeiro momento orientou práticas de segregação das pessoas com deficiência, principalmente pelo viés de que a diferença deveria ser “concertada” de alguma forma. Ainda pautada no enfoque médico, proposições educacionais se fundamentaram na ideia de “consertar” a diferença. Destaca Moreira (2006, p.35 apud Alves, 2017, p39) [...] “Nesta fase de tentativas educacionais, havia forte crença de cura ou eliminação da deficiência, por meio da educação”.

Oliveira (2004) buscou identificar representações sociais de professores especializados, alinhando com às concepções de deficiência. Nesse estudo a autora compara as representações sociais a teorias que organizam a vida do indivíduo, tanto na forma de olhar, compreender e se organizar no mundo. As concepções dentro desse sentido acabam fundamentando, proporcionando lentes para compreender e interpretar o fenômeno dentro da teoria. Tais compreensões são entendidas a partir da influência do interpessoal, que se torna intrapessoal, após a apropriação dos conhecimentos circulantes. Nas palavras da autora: “O caráter individual e social das representações sociais está em interação permanente, num imbricado processo onde o pensamento individual se enraíza no social, ao mesmo tempo que sofre as determinações sociais” (p. 60).

Entender concepções enquanto classe, em especial, em categorias representativas de determinados contextos, possibilita compreender o olhar do coletivo, que também é um olhar singular, mas que está dentro de um universo particular. Olhar para as práticas facilita compreender as barreiras implicadas na interação social, mas não nos permite identificar em primeiro momento representações ou concepções que estão determinando limites de espaços para que as pessoas com deficiência ocupem ou não, ou seja, há ainda uma esfera velada que permite segregar/excluir ou não alguém.

As concepções não são sinônimas das representações, sendo a primeira pode auxiliar na construção de determinadas teorias sobre um fenômeno, ou seja, pode fazer parte das representações. Oliveira (2004) em seu estudo, buscou categorizar as representações sociais em três principais concepções sobre deficiência, uma primeira “concepção individual da deficiência”, que identifica o desvio de um padrão no sujeito, muito próxima da concepção biológica; a segunda categoria representativa é a concepção psicossocial da deficiência, em que a explicação não se limita ao orgânico mas a fatores sociais, emocionais e educacionais; e a terceira categoria de análise a concepção interacionista da deficiência, que pressupõe a interação do indivíduo com a audiência; as duas últimas quando somadas auxiliam para a concepção social levantada no presente estudo.

Em pesquisa de Oliveira (op. cit) a maioria da amostra (56,7%) se aproximou da representação da deficiência voltada para um viés biológico, concentrado na denominação de concepção individual, essa perspectiva remete a ideia de que a diferença é funcional e ocasiona dificuldades. Em outros termos, a concepção individual promove a ideia de que o ambiente não é o alvo de ajustes, limitando a compreensão e identificação

das barreiras sociais que prejudicam a participação das pessoas com deficiência, sejam elas barreiras atitudinais, metodológicas ou até mesmo arquitetônicas.

A Lei 13.146 de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com deficiência, apresenta um conceito mais amplo da deficiência de modo geral, identificando como tal, em seu artigo 2º, “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”. O papel do contexto na significação e no asseguramento de ambientes inclusivos está já na definição, sendo que a avaliação dessa condição parte de um plano biopsicossocial, na tentativa de olhar para o fenômeno a partir de todos os seus determinantes.

Pensar no estudo das concepções e defender uma perspectiva mais ampla que procure compreender o maior número de variáveis e determinantes que influenciam no modo de representar ou conceituar a deficiência é fator decisivo para o rompimento de barreiras e a construção de uma sociedade inclusiva. Políticas públicas asseguram direitos, mas que os espaços e as condições muitas vezes aviltam tais direitos, por entender a deficiência como um fim dado ao sujeito – conferindo-lhe o status de incapaz ou de anormal, desviante, portanto, do grupo social maior. Com isso, parece que marcações diferenciadas são necessárias em dados momentos para que o espaço seja comum a todos. Porém, o preconceito, na maior parte das vezes, supera norma. Com isso, o texto legal é cumprido, mas pode perder seu sentido teleológico. Exemplo disso, pode ser percebido nas cotas nas universidades federais (Lei nº 12.711/2012) que abrange as pessoas com deficiência, garantindo o seu ingresso pela reserva de vagas, mas não necessariamente conseguem assegurar a participação desse sujeito em todas as vivências universitárias, uma vez que a deficiência é vista como uma diferença negativa.

À luz dessas considerações apresenta-se o objetivo deste estudo que busca relatar os resultados da aplicação da Escala de Concepções de Deficiência - ECD (Leite et al, 2018) em estudantes de uma universidade privada do interior paulista. Ainda, procura-se destacar a importância de instrumentos investigativos serem aplicados nesses contextos para que se entenda processos facilitadores ou não da inclusão de pessoas com deficiência em instituições universitárias.

## **Percurso metodológico**

O estudo aqui retratado respeita os padrões éticos exigidos pela Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde do Brasil e possui Certificado de Apresentação para Apreciação Ética, com parecer favorável, protocolo nº 84374018.2.1098 - CAAE/Plataforma Brasil.

A ECD é uma escala de concepções de deficiência elaborada desde 2013 (LEITE; LACERDA, 2018) que sofreu reelaboração, sendo modificada a sua estrutura para que se adequasse a um contexto multicultural de pesquisa, englobando países como Brasil, Cuba, Espanha e Portugal. A mudança se deu em dois momentos, ao transformar o instrumento, uma vez que na sua versão original composta de quatro concepções e passou a se configurar com três, posto que duas delas eram muito semelhantes, se aproximavam, além da ampliação do número de enunciados, passando de 20 para 43.

Atualmente a ECD possui 43 enunciados que discorrem sobre três principais concepções: a biológica, que entende a deficiência como uma disfunção do orgânico; a metafísica, que compreende a deficiência como uma benção ou castigo divino; e a concepção social que identifica o contexto social como facilitador de práticas inclusivas ou não. Os 43 enunciados são afirmativos, e discorrem sobre as concepções de maneira randomizada. O instrumento é uma escala do tipo Likert em que as opções de respostas são: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo e nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente.

O instrumento foi aplicado de maneira presencial em 623 alunos de 15 cursos diferentes de graduação de uma instituição privada do interior paulista. Os alunos assinaram termo de consentimento livre e esclarecido e preencheram de maneira individual o instrumento, embora coletivamente na mesma sala e horário. Todas as aplicações contaram com o apoio de coordenadores e professores dos cursos, e teve a participação de alunos de iniciação científica na aplicação, sendo importante a presença destes para a apresentação da pesquisa, a indicação da sua relevância social e solução de possíveis dúvidas.

A universidade privada a qual possibilitou a aplicação da pesquisa é a segunda maior empresa privada de educação profissional no Brasil, e em 2013 contava com 400.000 estudantes, não há dados mais recentes sobre este número. Possui cerca de 67 campi pelo Brasil e mais de 650 centros de educação. A instituição oferta cursos de graduação e pós-graduação, ambos nas modalidades de ensino a distância (EAD) e presencial. Não há dados públicos da universidade sobre alunos com deficiência que estão nela matriculados, mas entende-se que sendo a segunda maior empresa privada de

educação e devido ao grande número de alunos encontra-se uma porcentagem significativa de alunos com deficiência. A aplicação ocorreu em um do campus universitário de maneira presencial em cursos das três grandes áreas do conhecimento, ofertados de maneira presencial.

Para a análise dos dados utilizou-se o software de análise estatística IBM SPSS Statistics Base, versão 22. Foram realizadas as análises descritivas gerais dos dados, como cálculo de frequência, média, mediana e desvio-padrão. Também foram realizadas análises inferenciais, utilizando testes não paramétricos devido a amostra ter apresentado uma população anormal. Como análise inferencial utilizou-se o teste Mann-Whitney, visando avaliar a comparação entre duas médias, sendo as concepções de deficiência e gênero.

### **Resultados**

A nova versão da ECD foi aplicada em uma amostra de 623 estudantes numa das unidades universitárias de uma instituição privada situada no interior paulista. A aplicação ocorreu entre os meses de agosto e outubro do ano de 2018, a amostra foi de 286 participantes do sexo masculino e 330 do sexo feminino – 7 indivíduos não declararam; a faixa etária variou dos 17 aos 58 anos. A aplicação foi dividida entre 15 cursos: Administração, Marketing, Pedagogia, Psicologia, Recursos Humanos, Direito, Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia de Controle e Automação. O quadro 1 apresenta a distribuição da amostra.

**Quadro 1:** Distribuição da amostra por curso e grande área de ensino

<b>Cursos</b>	<b>Grande área</b>	<b>Nº de participantes</b>
Administração	Ciências Humanas	43
Ciências Contábeis	Ciências Exatas	11
Engenharia Civil	Ciências Exatas	51
Fisioterapia	Ciências Biológicas	36
Marketing	Ciências Humanas	1
Pedagogia	Ciências Humanas	63
Psicologia	Ciências Humanas	123
Recursos Humanos	Ciências Humanas	12
Direito	Ciências Humanas	87
Biomedicina	Ciências Biológicas	13
Enfermagem	Ciências Biológicas	31

Engenharia Elétrica	Ciências Exatas	41
Engenharia de Produção	Ciências Exatas	49
Engenharia Mecânica	Ciências Exatas	40
Engenharia de Controle e Automação	Ciências Exatas	13
Não declararam		9
<b>Total</b>		<b>623</b>

A opção por destacar a grande área do conhecimento objetiva justificar a distribuição que pode ser diferente a partir dessa categorização, os cursos de biológicas foram os menos expressivos em quantidade de cursos e também em número de participantes. Os cursos de ciências humanas e exatas tiveram mesma distribuição em curso, 6 cursos de cada grande área, no entanto a distribuição de número de participantes foi diferente para ambos. Na área de exata foram 205 participações, enquanto na de ciências humanas 329. O quadro 2 a seguir mostra a distribuição da amostra por gênero:

**Quadro 2:** Frequência e distribuição da amostra por gênero.

<b>Gênero</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Feminino	330	52,9%
Masculino	286	45,9%
Não informado	7	1,2%
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>100%</b>

Ainda, a coleta não priorizou anos finais e anos iniciais, mas acabou buscando aplicar o instrumento com a maior possibilidade de anos dos cursos. A distribuição do número de participantes pelo ano de curso foi a exposta no quadro 3.

**Quadro 3:** Frequência de alunos por ano do curso

<b>Ano do curso</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
1	186	29,9%
2	144	23,1%
3	80	12,8%
4	91	14,6%
5	86	13,8%
<b>Total válido</b>	<b>587</b>	<b>94,2%</b>
<b>Não informado</b>	<b>36</b>	<b>5,8%</b>
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>100,0%</b>

A maioria estava no primeiro ano da graduação, mas não se distancia tanto da frequência dos anos seguintes. Ainda, uma porcentagem baixa não informou o dado, o que chama a atenção para a metodologia, na apresentação da pesquisa foi relatado a importância de responder a todos os itens caso quisesse participar, sendo a participação

voluntária, no entanto muitos instrumentos foram entregues com informações não respondidas.

Ainda, buscou identificar se teriam alunos que se autodeclarariam com deficiência, embora em conversa inicial com os coordenadores sobre adaptação de instrumentos nenhum deles, ou dos professores, sinalizaram necessidades de adaptação do instrumento, ou seja, da ECD. Entre a amostra de 623 alunos, apenas 16 declararam ter deficiência, 579 declararam que não tinha e 28 não quiseram responder a questão. A escala solicitava informações sobre quais seriam essas deficiências. Chegou-se aos dados do quadro 4.

**Quadro 4:** Frequência das deficiências declaradas na amostra

<b>Deficiência</b>	<b>Frequência (n)</b>	<b>Porcentagem da amostra total (%)</b>	<b>Porcentagem cumulativa (%)</b>
Deficiência física	5	0,8	41,6
Deficiência visual	3	0,5	25
Deficiência auditiva	4	0,6	33,3
Total	12	1,9	100%

No entanto, como dito, nenhum dos casos solicitaram instrumento adaptado, nem mesmo os casos de deficiência visual solicitaram ou lupa ou instrumento em braile, ou o instrumento ampliado, indicando que talvez não fossem uma baixa visão, mas talvez casos de miopia em que as pessoas se autodeclararam de maneira errônea como pessoa com deficiência.

Em análise das medianas das concepções, percebeu-se na amostra uma alta concordância com a concepção biológica, e concordância com a metafísica, e baixa discordância com a social. Foi utilizada a mediana para análise, devido a amostra ter demonstrado ser anormal a partir do teste de normalidade Shapiro-Wilk, que considera uma distribuição normal quando  $p > 0,05$  e o  $p$  indicado na amostra foi de 0,00.

Apesar do teste de normalidade indicar uma amostra anormal, foi realizado a análise inferencial através da utilização de testes não-paramétricos. Realizou-se o teste Mann-Whitney para verificar relação de gênero com as concepções, os valores indicaram significância da concepção metafísicas, indicando maior posto de média do feminino com esta concepção. Embora a mediana da concepção biológica tenha dado concordância na nota de corte, não deu significância no teste Mann-whitney, mas ainda, o posto de média maior é do gênero masculino nessa concepção.

## **Discussão**

Dentre os resultados obtidos na pesquisa, chama a atenção para as concepções de deficiência da amostra serem as que aparecem com maior frequência: a metafísica e a biológica, sendo também as iniciais se fizermos uma análise digressiva em termos históricos. A concepção social acaba ficando presente na amostra, mas não coerente com o posicionamento da amostra no geral, pois deixou de atingir critério de concordância. Nesse sentido, uma possível discussão é de que por ser um constructo, parte de uma representação recente sobre o fenômeno da deficiência, talvez essa ainda não seja a concepção mais circulante na grande massa populacional, embora seja um viés ocorrente para compreender o fenômeno da deficiência nas políticas públicas, como por exemplo, na Lei Brasileira de Inclusão de 2015.

O instrumento aplicado, a saber a ECD, não investiga ações, mas investiga concepções que podem orientar determinadas ações, e em que algumas podem fortalecer barreiras que prejudicam a inclusão das pessoas com deficiência nesse contexto. Algumas elucidações são possíveis de discutir, como a importância de identificar quais contextos dentro da instituição fortalece essas concepções ou não, e isso visaria investigar em quais momentos se pensam sobre diferenças, lidam com as diferenças, tem contato com pessoas com deficiência e acesso às informações a respeito dela. Os cursos investigados, quando agrupados por grande área indicam minoria de cursos de ciências humanas, o que poderia se voltar para uma concepção mais social enquanto conteúdos (6 de ciências humanas, 6 cursos de ciências exatas e 3 de ciências biológicas).

Outro aspecto que chama atenção na amostra investigada é a significância com gênero, uma vez que pessoas que se identificaram com o gênero masculino concordaram mais com a concepção metafísica, uma vez que essa apresentou o maior posto de média. O gênero feminino remete ao estereótipo de que as mulheres estão envoltas nas práticas e crenças religiosas. No entanto, Rosado-Nunes (2005) ressalta que embora os dados estatísticos confirmem que a mulher invista mais em religião, essa visão esconde que a produção do “sagrado” nas diversas sociedades é área de predominância masculina. As crenças nessa perspectiva são produzidas por homens, e reproduzidas e mantidas em predominância pelas mulheres. Outro aspecto que pode influenciar é a grande ascensão das mulheres ao ocuparem em maioria os contextos universitários, na amostra 52,9% dos respondentes eram mulheres.

A concepção metafísica está atrelada às ações voltadas para a caridade, assistencialismo e/ou benevolência por parte daqueles que acreditam estar numa posição

superior e privilegiada diante a uma pessoa com deficiência, reforçando assim preconceitos e estereótipos no discurso.

A concepção biológica ajuda a entender o fenômeno em uma de suas partes, mas também não favorece uma compreensão macro a respeito da deficiência, e pode prejudicar enquanto práticas na medida que segrega o diferente. Incluir não é apenas integrar, incluir implica em rompimentos de barreiras que estão alocadas no âmbito social e que são asseguradas por práticas sociais voltadas para a inclusão ou não.

### **Considerações Finais**

Com a aplicação da nova versão da ECD, foi possível averiguar que a mesma pode ser aplicada em contextos multiculturais, o que pode contribuir para uma análise mais rica do fenômeno, uma vez que permite analisar como diversos grupos sociais se posicionam diante de enunciados que retratam diferentes concepções de deficiência

Identificar as concepções em contextos socioculturais distintos, pode auxiliar na promoção de práticas culturais e de políticas públicas que favoreçam que sujeitos entendidos como diferentes possam cada vez mais participar mais ativamente de espaços comuns, fortalecendo ações de acessibilidade, rumo a uma sociedade mais inclusiva.

Os dados da aplicação aqui relatada, indicaram uma forte tendência de concordância com a concepção biológica, e concordância com a concepção metafísica. Tal resultado indica a necessidade de avaliar quais práticas inclusivas são asseguradas nesse contexto. Com isso questiona-se: se o contexto está realmente aceitando a diferença como parte constitutiva da natureza humana, ou ainda, localiza a responsabilidade única e exclusivamente ao sujeito que a apresenta, indicando que esse precisa se ajustar ou adaptar ao meio? Ainda, a deficiência é um fenômeno que extrapola a compreensão humana, e sendo assim, muito pouco a que se fazer exceto aceitar dada condição?

A literatura indica que compreender a deficiência nesses alicerces pode levar a prática de ações de segregação. Assim, questiona-se novamente: qual o impacto no desenvolvimento de pessoas com deficiência submetidas a essas condições?

É oportuno dizer, que no limite deste texto, procurou-se fomentar as discussões de um fenômeno complexo e amplo, trazendo para o debate como futuros profissionais tem compreendido a questão da deficiência. Porém, sugere-se que outros estudos possam ser complementares no sentido de compreender como preconceitos, estigmas e estereótipos ainda estão tão presentes em relação às pessoas com deficiência, mesmo em

tempos que o discurso da inclusão social tenha ganhado vozes em cenários de luta e em prol da valorização da diferença.

### **Referências bibliográficas**

BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. A concepção de deficiência em discussão: ponto de vista de docentes de Terapia Ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, 22(1), 71-78, 2014.

BRASIL. Lei 13146. *Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência*, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2.

ALVES, D. S. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. *Revista Polyphonia*, 28 (1), 31-44, 2017. <https://doi.org/10.5216/rp.v28i1.43435>

DINIZ, D. O que é deficiência. 1a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), v. 1. 89p, 2007

GESSER, M; NUERNBERG, A.H.; TONELI, M.J.F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia Social*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2012.

LEITE, L., & LACERDA, C. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência. *Psicologia USP*, 29(3), 432-441, 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>

OLIVEIRA, A. A. S. O conceito de deficiência em discussão: representações sociais de professores especializados. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Jan.-Abr. v.10, n.1, p.59-74, 2004.

ROSADO-NUNES, M. J.. Gênero e Religião. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363, jan. 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020010>>.